

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

I. DADOS GERAIS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA OBRA

a) NOME:

Município de Pombal

b) Morada:

Largo do Cardal 3100 Pombal

c) CONTACTOS:

Telefone: 236 210 500

Fax: 236 210 597

E-MAil: geral@cm-Pombal.pt;

d) NÚMERO IDENTIFICAÇÃO PESSOA COLECTIVA (NIPC)

506 334 562

e) CAE PRINCIPAL REV3

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

II. DADOS GERAIS DA OBRA

a) TIPO DE OBRA:

Reabilitação do Edifício do N.D.A.P.

b) CÓDIGO DO CPV

c) Nº DE PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (AIA)

d) IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO:

“Junto à zona desportiva localizada na Rua de Leiria”

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

III. RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)

1. CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

a) CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA OBRA A EFECTUAR

Reabilitação do Edifício do N.D.A.P.

b) DESCRIÇÃO SUCINTA DOS MÉTODOS CONSTRUTIVOS A UTILIZAR TENDO EM VISTA OS PRINCÍPIOS REFERIDOS NO ARTº 2º DO DECRETO-LEI Nº 178/2006, DE 5 DE SETEMBRO.

Exigências Construtivas

- Reparação de rebocos danificados;
- Reparação de armaduras;
- Remoção de fibrocimento existente na cobertura;
- Aplicação de painel sandwich;
- Limpeza de telhas existentes;
- Pintura exterior;
- Reparação de borrachas das caixilharias e aplicação de silicone;
- Fornecimento e aplicação de caleiras e tubos de queda para pluviais e respetiva ligação à rede existente;
- Reparação de pavimento existente no piso 1;
- Remoção de pavimento na zona do escritório;
- Aplicação de pavimento laminado na zona do escritório;
- Demolição de pavimento na localização das futuras escadas;
- Execução de laje e vigas de escadas;
- Execução de degraus e respetivo revestimento em pedra;
- Aplicação de mosaico na zona intervencionada;
- Demolição de paredes existentes;
- Execução de paredes divisórias em pladur;
- Remoção e aplicação de tijolo de vidro;

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

- Pinturas nas paredes e tetos interiores;
- Substituição de luminárias existentes no piso 1;
- Fornecimento de teto falso e luminárias na zona do escritório;
- Substituição de portas.

2. INCORPORAÇÃO DE RECICLADOS

a) METODOLOGIA PARA A INCORPORAÇÃO DE RECICLADOS DE RCD

Em virtude das características e das actividades previstas para a obra, não foi possível a incorporação de reciclados

b) RECICLADOS DE RCD INTEGRADOS NA OBRA

Identificação dos reciclados	Quantidade integrada na obra (m3)	Quantidade integrada relativamente ao total de materiais usados (%)
Valor total		

3. PREVENÇÃO DE RESÍDUOS

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

a) METODOLOGIA DE PREVENÇÃO DE RCD

O princípio da prevenção da geração de RCD's foi devidamente levado em consideração durante o faseamento da obra, designadamente na promoção da reutilização de diversos tipos de materiais sempre que a fase da obra o permitia, bem como na minimização da utilização de materiais em obra contendo elevadas quantidades de substâncias perigosas na sua constituição, sem que com isso se comprometesse a qualidade da obra.

O elevado grau de selectividade atendido na definição dos métodos de acondicionamento e triagem de RCD's a atender pela entidade executante no decorrer desta obra constitui um outro aspecto que promove e suporta o compromisso de prevenção da produção de RCD's, já que potencia a separação de diversos materiais para a sua posterior, não só, reutilização, como também reciclagem.

Desta forma, foram privilegiados os princípios da prevenção, redução e hierarquização das operações de gestão de resíduos, assegurando uma sustentabilidade ambiental.

b) MATERIAIS A REUTILIZAR EM OBRA

Identificação dos materiais	Quantidade a reutilizar (m3)	Quantidade a reutilizar relativamente ao total de materiais usados (%)
Betão não contaminado com substâncias perigosas		
Valor total	0	

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

4. ACONDICIONAMENTO E TRIAGEM

a) REFERÊNCIA AOS MÉTODOS DE ACONDICIONAMENTO E TRIAGEM DE RCD NA OBRA OU EM LOCAL AFECTO À MESMA

As actividades a desenvolver na obra originam resíduos de tipologia diversa, pelo que o acondicionamento e triagem de RCD devem ser concretizados através de um sistema de posição centralizado, organizados num único piso e em fileiras, para melhor separação.

Cada especialidade de obra deve fazer a sua própria triagem.

A zona de triagem e acondicionamento de resíduos deve estar preparada/equipada de contentores adequados, que previnam a contaminação de solos e águas subterrâneas e devidamente identificados para o armazenamento de resíduos perigosos e outros para materiais a reutilizar/reciclar ou outras formas de valorização.

Solos e Rochas não contaminados com substâncias perigosas

Os solos e rochas não contaminados resultantes de escavações serão considerados materiais sobranes até ao momento que cesse a possibilidade da sua reutilização. A entidade executante poderá proceder ao transporte das terras não contaminadas para um outro destino adequado, desde que se enquadre com as exigências estabelecidas no Art. 6º do Decreto-lei nº 46/2008, sempre devidamente acompanhadas de Guias de Acompanhamento de Resíduos segundo um dos modelos estabelecido na Portaria nº 417/2008. A empresa deverá possuir um registo de movimentação de solos e rochas não contaminadas, incluindo informações relativamente aos respectivos destinos dados, o qual deverá estar disponível no estaleiro respectivo. Adicionalmente, toda a documentação que evidencie a autorização do destino seleccionado pela empresa para os solos e rochas não contaminados (bem como de outros resíduos) deverá ser solicitada pela mesma em tempo oportuno e devidamente arquivada para sua disponibilização sempre que solicitada por quem de direito. A empresa deverá enviar anualmente ao Instituto dos Resíduos, com conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da área correspondente à obra, um relatório com o cálculo estimado das quantidades de solos e rochas retirados nas suas obras e não reutilizadas. Igualmente, deverá enviar uma cópia dos registos de obra, relativos ao destino das terras não reutilizadas.

Solos e Rochas contaminados com substâncias perigosas

No que respeita a solos e rochas contaminados com substâncias perigosas, a entidade executante deverá disponibilizar um local/contentor em obra adequado ao armazenamento deste resíduo perigoso, devidamente identificado e que evite a emissão de gases tóxicos para o ambiente, sendo que o período de armazenamento nunca poderá exceder os 3 meses, conforme estabelecido no Decreto-lei nº 46/2008. Concomitantemente, este resíduo deverá ser reencaminhado para um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado para efectuar a sua gestão.

Óleos Usados

A gestão deste resíduo está enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 153/2003, do qual se extraem as seguintes recomendações:

- É proibida toda e qualquer deposição e/ou descarga de óleos usados no solo ou nas águas;
- É proibida qualquer mistura de óleos usados de diferentes características ou com outros resíduos ou substâncias;
- Os produtores de óleos usados são responsáveis pela sua correcta armazenagem e integração no circuito de gestão dos óleos usados;
- Os produtores de óleos usados são responsáveis pela sua armazenagem no local da produção e por lhes conferirem um destino para um operador de gestão de resíduos licenciado;
- A entidade gestora é obrigada a proceder, por si ou através de um operador de gestão de óleos usados, à recolha/transporte de óleos usados mediante solicitação do produtor dos mesmos. Caso a quantidade seja igual ou superior a 400 L, a entidade gestora dispõe de 15 dias a contar da data da solicitação do produtor de óleos usados, para proceder à sua recolha/transporte, sem qualquer encargo para o último;
- As operações de transporte, armazenagem, tratamento e valorização de óleos usados só podem ser realizadas mediante autorização prévia.

Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)

Os equipamentos em fim de vida ou danificados, bem como as vedações metálicas ou similares, deverão ser enviados para um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado para realizar a sua gestão.

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

Resíduos de embalagens contaminadas com substâncias perigosas

As embalagens contaminadas com substâncias perigosas geradas no decorrer da obra deverão ser devidamente armazenadas em local coberto e devidamente impermeabilizado na obra, até ao seu reencaminhamento para um operador de gestão de resíduos devidamente autorizado para realizar a sua gestão, e nunca por um período superior a 3 meses.

Resíduos metálicos

Os resíduos de sucata metálica (p.e. cobre, zinco, aço, ferro, entre outros) eventualmente gerados em obra deverão ser devidamente armazenados (se possível, separadamente) em local coberto e/ou devidamente impermeabilizado no solo, de forma a prevenir eventuais contaminações do solo e a potenciar a sua reutilização ou valorização. Adicionalmente, a escolha do local para o respectivo armazenamento destes resíduos deverá ter em consideração a dimensão e quantidades previstas para a sua geração.

Caso não seja possível a sua total reutilização, estes resíduos deverão ser reencaminhados para entidades gestoras de resíduos devidamente licenciadas para o efeito.

Resíduos de Betão não contaminados com substâncias perigosas

Os resíduos de betão isentos de substâncias perigosas produzidos no decorrer da obra deverão ser acondicionados de tal forma que não comprometam a sua reutilização e/ou valorização.

Materiais contaminados com substâncias perigosas

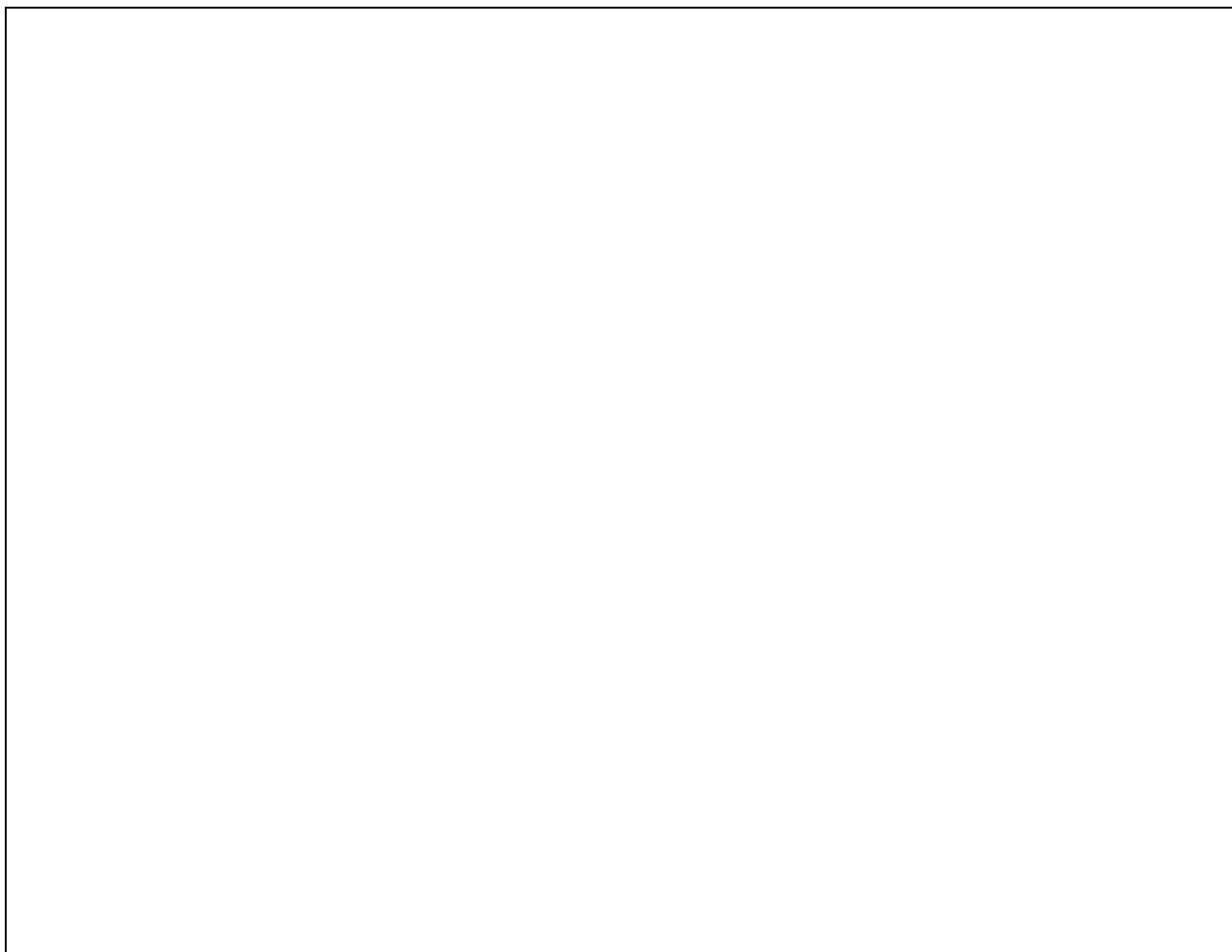
Estes resíduos perigosos carecem de um acondicionamento em obra que previna a contaminação do solo e a emissão de gases tóxicos para a atmosfera. Após um período de armazenamento que nunca deverá ser superior a 3 meses, deverão ser devidamente reencaminhados para destino final adequado, recorrendo a operadores licenciados e cumprindo os requisitos legais.

Misturas betuminosas contendo alcatrão

No que respeita a ***Misturas betuminosas contendo alcatrão***, a entidade executante deverá disponibilizar um local/contentor em obra adequado ao armazenamento deste resíduo perigoso, devidamente identificado e que evite a emissão de gases tóxicos para o ambiente, sendo que o período de armazenamento nunca poderá exceder os 3 meses, conforme estabelecido no Decreto-lei nº 46/2008. Concomitantemente, este resíduo deverá ser reencaminhado para um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado para efectuar a sua gestão.

b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade
Não aplicável.

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO



PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

5. PRODUÇÃO DE RCD								
Código LER	Descrição Ler	Quantidades produzidas (m3)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
01 04 08	Gravilhas e fragmentos de rocha não abrangidos em 01 04 07	-	-	-	-	-	-	-
17 01 01	Betão não contaminado com substâncias perigosas	6,00	-	-	100%	reutilização	-	-
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	0,22	100%	reciclagem	-	-	-	-
17 05 04	Solos e rochas não contendo substâncias perigosas	-	-	-	-	-	-	-
17 02 01	Madeira verde	0,71	100%	reciclagem	-	-	-	-
17 04 01	Cobre	-	-	-	-	-	-	-
17 04 05	Ferro e Aço	-	-	-	-	-	-	-
17 04 07	Mistura de metais	-	-	-	-	-	-	-
17 02 02	Vidro	0,21	100%	reciclagem	-	-	-	-
17 02 03	Plástico	0,13			-	-	-	-
15 01 01	Embalagens de papel e cartão.	-	100%	reciclagem	-	-	-	-
20 02 01	Resíduos biodegradáveis	-	-	-	-	-	-	-
15 01 06	Misturas de embalagens	-	-	-	-	-	-	-
17 01 02	Tijolos	1,46	100%	reciclagem	-	-	-	-

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

Código LER	Descrição Ler	Quantidades produzidas (m3)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
15 01 05	Embalagens compósitas	-	-	-	-	-	-	-
17 01 06*	Misturas ou fracções separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos contendo substâncias perigosas	-	-	-	-	-	-	-
17 02 04 (*)	Madeira contendo ou contaminada com substâncias perigosas.	-	-	-	-	-	-	-
15 01 10 (*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas.	-	-	-	-	-	-	-
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06.	-	-	-	-	-	-	-
17 09 04	Mistura de RCD não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03.	-	-	-	-	-	-	-
15 02 02 (*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas.	-	-	-	-	-	-	-
17 09 03 (*)	Outros RCD (incluindo misturas de resíduos) contendo substâncias perigosas.	-	-	-	-	-	-	-

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

Código LER	Descrição Ler	Quantidades produzidas (m3)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
17 09 02 (*)	RCD contendo PCB (p.e., vedantes com PCB, revestimentos de piso à base de resinas com PCB, envidraçados vedados contendo PCB, condensadores com PCB).	-	-	-	-	-	-	-
17 06 04	Materiais de isolamento e de construção sem substâncias perigosas	-	-	-	-	-	-	-
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso sem substâncias perigosas	0,59	-	-	-	-	100%	aterro
17 03 03*	Misturas betuminosas contendo alcatrão	-	-	-	-	-	-	-
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	-	-	-	-	-	-	-
13 01*	Óleos hidráulicos usados	-	-	-	-	-	-	-
13 02*	Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados	-	-	-	-	-	-	-
17 06 05	Materiais de construção contendo amianto (ver nota 4)	11,70	-	-	-	-	100%	aterro

NOTA:

O plano de prevenção e gestão de RCD pode ser alterado pelo dono da obra na fase de execução, sob proposta do produtor de RCD, ou, no caso de empreitadas de concepção - construção, pelo adjudicatário com a autorização do dono da obra, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA FASE DE PROJECTO

Código LER	Descrição Ler	Quantidades produzidas (m3)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
------------	---------------	-----------------------------	--------------------------------	------------------------	---------------------------------	-------------------------	--------------------------------	------------------------

O plano de prevenção e gestão de RCD deve estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

A lista de RCD apresentada é indicativa, assim como as suas quantidades. A presente lista e quantidades terá que ser aferida com maior rigor em fase de execução pelo adjudicatário. Para os resíduos de embalagens identificadas no presente PPGR e pertencentes ao capítulo 15 da Lista Europeia de Resíduos (Portaria n.º 209, de 3 de Março), foi designado um destino com vista à sua valorização, que será concretizado através da sua transmissão para um operador de gestão de resíduos devidamente licenciado para esta operação. A taxa de valorização destes resíduos não é de 100% dado que, por vezes, sucede que os resíduos são contaminados por outros ou perdem qualidades que impedem a sua valorização e o único tratamento possível passa a ser a deposição em aterro. Tal como sucede para as embalagens, alguns resíduos identificados no capítulo 17 foi também preconizada a sua valorização.

Para os resíduos em que foi preceituada a deposição em aterro (), o mesmo se deve ao facto de, nesta fase, se prever a impossibilidade de reutilização na obra ou programar outras formas de valorização.

4. CONCLUSÕES

O presente documento constitui uma proposta do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição para a execução da empreitada, em cumprimento do definido no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março. Este plano serve de orientação à gestão de resíduos na obra, devendo ser desenvolvido e adaptado pelo empreiteiro caso se verifique a necessidade de o tornar mais ajustado à realidade da obra durante a sua execução, ou de forma o articular às demais exigências em matéria de gestão de resíduos.